

Público

28-02-2019

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 31885

Temática: Justiça

Dimensão: 490 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 19

Justas ou injustas? Discriminatórias ou não? Juizes querem olhar para sentenças

Violência doméstica
Patricia Carvalho

Dois grupos de trabalho vão analisar decisões judiciais e tentar perceber se as sentenças são ou não discriminatórias

A Associação Sindical de Juizes Portugueses constituiu um grupo de trabalho interno que vai fazer um levantamento das decisões judiciais publicadas em Portugal sobre casos de violência doméstica e enquadrá-las, numa perspectiva europeia. Em simultâneo, está a preparar um protocolo de colaboração com a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) e uma universidade que não é, para já, identificada, para que um outro grupo integrando elementos destas três entidades analise, durante um ano, as decisões dos tribunais em casos de violência doméstica e crimes sexuais contra adultos, para perceber se há discriminação de género nos tribunais portugueses. No primeiro caso, deve haver resultados em Junho, no segundo, o prazo-limite é Outubro do próximo ano.

A novidade foi avançada pelo presidente da ASJP, Manuel Soares, num artigo de opinião publicado ontem no PÚBLICO, em que expõe as razões para avançar com estas medidas. Para o dirigente sindical “existe um desfazamento entre aquilo que os tribunais fazem quando tratam da violência doméstica, e aquilo que a

sociedade pensa que fazem ou deviam fazer”, escreve, gerando “uma imagem distorcida da realidade, que não corresponde, nem de perto nem de longe, à verdadeira face dos juizes”. Casos como os que envolveram sentenças do juiz Neto de Moura – mas não só – trouxeram a questão para a opinião pública, admite Manuel Soares em declarações ao PÚBLICO.

Foi já este mês que a ASJP decidiu avançar com o grupo de trabalho interno que está já “a fazer um levantamento de todas as decisões publicadas em Portugal [sobre violência doméstica] e que estão nas bases de dados”, explica. A expectativa é de recolher informação sobre “umas centenas de casos” e que podem abranger um intervalo temporal “até 20 anos”. Este grupo pretenderá responder a duas questões – se as leis que temos nesta matéria são idênticas às que existem na União Europeia e se os tribunais aplicam sentenças “mais brandas, mais duras ou sensivelmente idênticas às que se aplicam nesses países”, explica Manuel Soares. Para tal, está a ser preparado um questionário que vai ser enviado às entidades europeias com as quais a ASJP tem relações e os primeiros resultados devem estar prontos em Junho. “Se percebermos, a partir destes trabalhos, que há pequenos ajustes que seja necessário fazer, iremos propô-lo”, avança.

Uma intenção que surge no mesmo dia em que, segundo a Lusa, a ministra da Presidência e da Modernização Administrativa, Mariana Vieira da Silva, admitiu à subcomissão para a Igualdade e Não Discriminação, que o Governo está disponível para fazer “alterações cirúrgicas” à legislação sobre esta matéria, se tal se verificar necessário. Mais demorado, mas também com “carácter mais científico”, será o trabalho que deverá nascer da colaboração com uma universidade e com a CIG. Manuel Soares quer ter este estudo pronto em Outubro de 2020, a tempo do XII Congresso de Juizes, e que será dedicado a esta temática: “Nunca, nestes congressos, nos debruçamos sobre a temática da autocrítica, mas iremos apresentar as conclusões a que chegarmos, sejam positivas, negativas, agradáveis ou desagradáveis. Não fazemos isto para deleite intelectual.”



Grupo fará o levantamento de decisões judiciais

patricia.carvalho@publico.pt